

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil

ATIVO	2010		2009		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010		2009	
	2010	2009	2010	2009		2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	465	545	7	10	CIRCULANTE	59	59	55	55
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	7	10	144	220	Outras Obrigações (Nota 14a).....	59	59	55	55
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	144	220	3	5					
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e).....	3	5	-	2.700	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.175	1.175	1.225	1.225
Créditos Recevíveis (Nota 7).....	-	2.700	-	(2.700)	Capital Social:				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7).....	-	(2.700)	311	310	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	3.000	3.000	3.000	3.000
Créditos Tributários (Nota 13c).....	311	310	769	735	Prejuízos Acumulados.....	(1.825)	(1.775)	(1.775)	(1.775)
NÃO CIRCULANTE	769	735	769	735					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	769	735	78	69					
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e).....	78	69	691	666					
Créditos Tributários (Nota 13c).....	691	666	1.234	1.280	TOTAL	1.234	1.234	1.280	1.280
TOTAL	1.234	1.280							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
RECEITAS OPERACIONAIS	21	30
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	21	30
DESPESAS OPERACIONAIS	97	110
Despesas Tributárias (Nota 10).....	2	2
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	95	108
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(76)	(80)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	26	27
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50)	(53)
Número de ações.....	6.000	6.000
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$.....	(8.333,33)	(8.833,33)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(93)	129,2	(104)	140,4
Serviços de Terceiros.....	(87)	120,8	(99)	133,4
Outros.....	(6)	8,3	(5)	7,0
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(93)	129,2	(104)	140,4
4 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(93)	129,2	(104)	140,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	21	(29,2)	30	(40,4)
Receitas Financeiras.....	21	(29,2)	30	(40,4)
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(72)	99,3	(74)	99,7
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(72)	99,3	(74)	99,7
8.1 Impostos, Taxas e Contribuições	(22)	29,9	(22)	29,6
Federais.....	(22)	29,9	(22)	29,6
8.2 Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	-	-
8.3 Remuneração de Capitais Próprios	(50)	69,4	(53)	70,1
Dividendos.....	-	-	-	-
Prejuízos Retidos.....	(50)	69,4	(53)	70,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76)	(80)
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(5)	(5)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(5)	(5)
Prejuízo Ajustado	(81)	(85)
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação.....	74	80
Redução em Outros Créditos.....	-	53
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	4	(41)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	-	(1)
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais (Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(3)	6
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	6
Início do Período.....	10	4
Fim do Período.....	7	10
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	6

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social			Prejuízos Acumulados	Total
	2010	2009	2008		
Saldos em 31.12.2008	3.000	(1.722)	1.278		
Prejuízo do Exercício.....	-	(53)	(53)		
Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225		
Prejuízo do Exercício.....	-	(50)	(50)		
Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros tem por objeto única e exclusivamente a aquisição de créditos, vencidos ou vincendos, oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias.

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração dos ativos ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos significantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Ganhos e perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação". As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos ou recebíveis ou a valor justo por meio do resultado para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

e) Provisão para devedores duvidosos

No final de cada período, a provisão para perdas com créditos recebíveis é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em créditos recebíveis.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tarlhos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este

Continua...

...Continuação

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço.

2.6) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas:

- Pelo valor justo baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercados, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxo de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.

- As receitas e despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem:

- Rendimentos em ativos mantidos para negociação avaliados pelo valor justo.
- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pela taxa média ponderada, SELIC.

2.8) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1)	7	10
Total de disponibilidades	7	10

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciados DI União no montante de R\$ 144 (2009 - R\$ 220). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Para as aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

Representam valores recebíveis de operações de créditos oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldo dos Créditos Recebíveis	-	2.700
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(2.700)

Aos Administradores e Acionistas

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

1. Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ordinárias	6.000	6.000
Total	6.000	6.000

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	16	25
Juros Ativos	5	5
Total	21	30

10) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Cofins	1	1
Impostos e Taxas Diversos	1	1
Total	2	2

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Serviços Prestados em Terceiros	15	20
Contribuição Sindical Patronal	3	3
Editais e Publicações	72	78
Outras Despesas Gerais e Administrativas	5	7
Total	95	108

12) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Banco Bradesco S.A.	7	-	10	-
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração				

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)	(76)	(80)
Crédito do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	26	27
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26	27

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias	1	4
Constituição no exercício sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal	25	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26	27

c) Movimentação/evolução dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2009	Consti-tuição	Real-i-zação	Saldo em 31.12.2010
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	918	-	-	918
Outras provisões	19	20	19	20
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	937	20	19	938
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	39	25	-	64
Total dos créditos tributários	976	45	19	1.002

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribui-ção social	Imposto de renda	Contribui-ção social	
2011	229	82	-	-	311
2012	229	82	-	-	311
2013	229	82	-	-	311
2014	4	2	36	13	54
2015	-	-	11	4	15
Total	691	248	47	17	1.002

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Companhia, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 937 (2009 - R\$ 906) sendo R\$ 882 (2009 - R\$ 873) de diferenças temporárias e R\$ 55 (2009 - R\$ 33) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 80 (2009 - R\$ 74).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Obrigações referem-se basicamente à provisão de despesas de publicação no montante de R\$ 57 (2009 - R\$ 53).

b) A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Devido às características da companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 28 de janeiro de 2011.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submeteremos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro - Em Reais mil					
ATIVO	2010	2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2010	2009
CIRCULANTE	465	545	CIRCULANTE	59	55
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	7	10	Outras Obrigações (Nota 14a).....	59	55
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	144	220			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e).....	3	5			
Créditos Recebíveis (Nota 7).....	-	2.700	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.175	1.225
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7).....	-	(2.700)	Capital Social:		
Créditos Tributários (Nota 13c).....	311	310	- De Domiciliados no País (Nota 8a).....	3.000	3.000
NÃO CIRCULANTE	769	735	Prejuízos Acumulados.....	(1.825)	(1.775)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	769	735			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 13e).....	78	69			
Créditos Tributários (Nota 13c).....	691	666	TOTAL	1.234	1.280
TOTAL	1.234	1.280			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em		
	2010	2009	
RECEITAS OPERACIONAIS	21	30	
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 9).....	21	30	
DESPESAS OPERACIONAIS	97	110	
Despesas Tributárias (Nota 10).....	2	2	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	95	108	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(76)	(80)	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 13a)	26	27	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(50)	(53)	
Número de ações.....	6.000	6.000	
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$.....	(8.333,33)	(8.833,33)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
Descrição	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	%	2009	%
1 - RECEITAS	-	-	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(93)	129,2	(104)	140,4
Serviços de Terceiros.....	(87)	120,8	(99)	133,4
Outros.....	(6)	8,3	(5)	7,0
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(93)	129,2	(104)	140,4
4 - DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO				
PELA ENTIDADE (3-4)	(93)	129,2	(104)	140,4
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	21	(29,2)	30	(40,4)
Receitas Financeiras.....	21	(29,2)	30	(40,4)
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	(72)	99,3	(74)	99,7
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	(72)	99,3	(74)	99,7
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	(22)	29,9	(22)	29,6
Federais.....	(22)	29,9	(22)	29,6
8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros	-	-	-	-
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	(50)	69,4	(53)	70,1
Dividendos.....	-	-	-	-
Prejuízos Retidos.....	(50)	69,4	(53)	70,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	Exercícios findos em		
	2010	2009	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(76)	(80)	
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(5)	(5)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(5)	(5)	
Prejuízo Ajustado	(81)	(85)	
Aumento em Ativos Financeiros para Negociação.....	74	80	
Redução em Outros Créditos.....	-	53	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	4	(41)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	-	(1)	
Caixa Líquido Proveniente (Utilizado) das Atividades Operacionais	(3)	6	
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	6	
(Redução)/Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	6	
Início do Período.....	10	4	
Fim do Período.....	7	10	
(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3)	6	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil			
Eventos	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Prejuízo do Exercício.....	-	(53)	(53)
Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225
Prejuízo do Exercício.....	-	(50)	(50)
Saldos em 31.12.2010	3.000	(1.825)	1.175

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros tem por objeto única e exclusivamente a aquisição de créditos, vencidos ou vincendos, oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias.

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis preparado pela Companhia de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aplicáveis a pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PMEs. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pelo CPC para PMEs não produziram efeitos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2) Moeda funcional

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos significativos de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação". As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas em "Resultado líquido de juros".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento, empréstimos ou recebíveis ou a valor justo por meio do resultado para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda e que não atendem a definição de empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Créditos recebíveis

Os créditos recebíveis são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo; e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos recebíveis.

e) Provisão para devedores duvidosos

No final de cada período, a provisão para perdas com créditos recebíveis é ajustada com base em uma análise de nossa carteira, incluindo a estimativa das perdas em créditos recebíveis.

A determinação da perda por redução do valor recuperável com créditos recebíveis exige, por sua natureza, que façamos julgamentos e suposições em relação à nossa carteira de créditos recebíveis, tantos em bases individuais quanto em base de carteiras específicas. Quando revisamos a carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia usamos para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico consideramos para fazer tais mensurações. Fatores adicionais, que podem afetar nossa determinação da provisão para perdas incluem: (i) conjuntura econômica, (ii) experiência passada e (iii) riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Consequentemente, nossa provisão para perdas pode não ser indicativa das perdas futuras reais.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

2.6) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade de ações ordinárias.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.7) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas:

- Pelo valor justo baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercados, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxo de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor do dinheiro no tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do valor justo. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles apresentados.
- As receitas e despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se a taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), divulgada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), é a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais e realizadas no SELIC, na forma de operações compromissadas. É a taxa básica utilizada como referência pela política monetária.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração do resultado incluem:

- Rendimentos em ativos mantidos para negociação avaliados pelo valor justo.
- Juros em ativos e passivos financeiros avaliados pela taxa média ponderada, SELIC.

2.8) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta permitindo que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração quando necessário.

Com o intuito de obter sinergia ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Organização. Essa instância, denominada Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, é um órgão estatutário, presidido pelo Diretor-Presidente da Organização, que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos no âmbito da Organização.

4) TRANSIÇÃO PARA O CPC PARA AS PMES

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações contábeis preparadas de acordo com as políticas contábeis do CPC para PMEs.

A Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como data de transição. Nessa data, ela preparou as primeiras demonstrações contábeis de acordo com o CPC para PMEs, nas quais considerou todas as exceções obrigatórias e algumas das isenções opcionais permitidas na aplicação retrospectiva completa do CPC para PMEs.

Não estão sendo apresentadas as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 por não apresentarem efeitos em sua divulgação.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	7	10
Total de disponibilidades	7	10

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros Referenciados DI União no montante de R\$ 144 (2009 – R\$ 220). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Para as aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

7) CRÉDITOS RECEBÍVEIS

Representam valores recebíveis de operações de créditos oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Saldo dos Créditos Recebíveis.....	-	2.700
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	-	(2.700)

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ordinárias.....	6.000	6.000
Total	6.000	6.000

b) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

9) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros.....	16	25
Juros Ativos.....	5	5
<		

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Contábeis Consolidadas da Organização Bradesco.

ISO 9001

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

13) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social).....	(76)	(80)
Crédito do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	26	27
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	26	27

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	1	4
Constituição no exercício sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal.....	25	23
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	26	27

c) Movimentação/evolução dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			Saldo em 31.12.2010
	Saldo em 31.12.2009	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	918	-	-	918
Outras provisões.....	19	20	19	20
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	937	20	19	938
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	39	25	-	64
Total dos créditos tributários.....	976	45	19	1.002

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2011.....	229	82	-	-	311
2012.....	229	82	-	-	311
2013.....	229	82	-	-	311
2014.....	4	2	36	13	54
2015.....	-	-	11	4	15
Total.....	691	248	47	17	1.002

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Companhia, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 937 (2009 - R\$ 906) sendo R\$ 882 (2009 - R\$ 873) de diferenças temporárias e R\$ 55 (2009 - R\$ 33) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 80 (2009 - R\$ 74).

14) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Outras Obrigações referem-se basicamente à provisão de despesas de publicação no montante de R\$ 57 (2009 - R\$ 53).

b) A Companhia em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Devido às características da companhia, não há componentes de outros resultados abrangentes.

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana - Contador - CRC 1SP200234/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

Aos Administradores e Acionistas

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

1. Revisamos o balanço patrimonial da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa revisão.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Essas normas requerem que a revisão seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança limitada de que as demonstrações contábeis apresentadas estão livres de distorção relevante. Uma revisão está limitada, principalmente, a indagações ao pessoal da entidade e a aplicação de procedimentos analíticos aos dados financeiros e, portanto, proporcionam menos segurança do que uma auditoria. Não realizamos uma auditoria e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião de auditoria.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis para pequenas e médias empresas.

4. Revisamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia e como informação suplementar às práticas contábeis adotadas no Brasil que não requer a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração não esteja apresentada de forma condizente com as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de janeiro de 2011

pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

política

Uma hora ele é governador, outra é candidato. Quando tira o paletó, é candidato, mas a caneta vai com ele.

Senador Itamar Franco (PPS-MG)

Kassab vai anunciar novo partido na segunda-feira

O lugar escolhido foi a Assembleia Legislativa de São Paulo. Só não se sabe quantos vão seguir o prefeito

Sergio Kapustan

Articulado pelo prefeito Gilberto Kassab (DEM), o Partido da Democracia Brasileira (PDB) será lançado na segunda-feira, em ato político previsto para a Assembleia Legislativa de São Paulo que deverá reunir lideranças nacionais e estaduais. "Fui convidado para comparecer ao meio dia", confirmou ontem o deputado federal Guilherme Campos (DEM-SP) ao **Diário do Comércio**. "É o Dia D do novo partido no cenário político", reforçou um aliado do primeiro escalão de Kassab.

Antes da reunião de fundação, o prefeito deverá manter encontros políticos. Um deles

é com o vice governador da Bahia, Otto Alencar (PP). Está programado também um jantar com vereadores da base governista na casa do secretário de Relações Governamentais

da Prefeitura, Antonio Carlos Rizeque Malufe. Dos oito vereadores do DEM, a tendência é que quatro sigam o prefeito. Durante o ato haverá a leitura do manifesto - resumo do programa -, a coleta de assinaturas e o registro em ata da reunião. Segundo aliados do prefeito, a futura fusão com o PSB, por enquanto, está fora de cogitação.

O Partido da Democracia Brasileira, o PDB, é, na verdade, o Partido da Boquinha.

ÔNIX LORENZONI

A iniciativa de Kassab não significa o rompimento imediato com o DEM. Para que seja registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a legenda deverá cumprir uma série de

exigências. Entre elas, o requerimento subscrito pelos seus fundadores, em número nunca inferior a 101, e que o partido eleitoral deles represente, no mínimo, nove estados.

Numa segunda fase será necessário o registro definitivo no TSE. Especula-se que o nome do partido pode mudar.

Conversa partidária - Kassab evitou ontem polemizar com antigos aliados do DEM, como os deputados Ronaldo Caiado (GO) e Ônix Lorenzoni (RS), que criticaram a criação da nova legenda. O democrata gaúcho chamou o PDB de "Partido da Boquinha", por uma suposta aproximação com o governo Dilma Rousseff. "Objetivo principal deles é fazer o melhor para o País e que possam ser muito felizes", respondeu o prefeito. No final da tarde, ele soube que uma das lideranças históricas do DEM, Jorge Bornhausen, resolveu ficar.

Ponto final: o prefeito Gilberto Kassab vai trocar o Democratas e lançar oficialmente o PDB

Werther Santana - 14.03.2011



Senado aprova fim da reeleição e mandato de 5 anos

Nova regra só valeria para os eleitos a partir de 2014. Quem já está no cargo, poderia tentar permanecer nele

Uma comissão especial da reforma política no Senado aprovou ontem o fim da reeleição e um mandato de cinco anos para o presidente da República, governadores e prefeitos. A nova regra valeria para os eleitos a partir de 2014, ou seja, quem está no cargo atualmente poderia tentar a reeleição ainda uma vez. Neste caso, na hipótese de reeleição da presidente

Dilma Rousseff, ela seria favorecida com um mandato de nove anos, já que o segundo teria a duração de cinco anos.

O presidente da comissão, Francisco Dornelles (PP-RJ), e o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foram os únicos a apoiar o modelo atual, em que os governantes se elegem para exercer um mandato de quatro anos, com direito à reeleição. O ex-governador de

Santa Catarina, Luiz Henrique (PMDB), defendeu o fim da reeleição ou, mantido o instituto, que o governante seja obrigado a se desincompatibilizar do cargo para a nova disputa.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o líder do PT, Humberto Costa (PE), aprovaram o fim da reeleição, com mandato de cinco anos, embora seus partidos tenham sido os únicos a se beneficiar com

esse modelo. "O PT sempre foi contra a reeleição, mas não poderíamos ignorar as regras do jogo", justificou o petista.

Uma das principais vozes pelo fim da reeleição, o senador Itamar Franco (PPS-MG) afirmou que existe uma linha invisível entre o governante e o candidato que nem o Tribunal Superior Eleitoral consegue distinguir. "Uma hora ele é governador, outra hora é candidato. Quando tira o paletó, ele é candidato, mas a caneta vai com ele", argumentou.

Na mesma reunião, a maioria do colegiado defendeu a manutenção do voto obrigatório. Aécio admitiu que o voto facultativo seria "mais palatável à opinião pública", mas chamou a atenção para o risco de se ter "governantes eleitos por uma minoria pouco expressiva". Segundo ele, num momento de maior confronto e crise política, isso poderia gerar instabilidade. "Temo que surjam setores desestimulados, gerando uma dispersão dos votos e uma distorção do resultado eleitoral", concluiu.

Na próxima reunião, os senadores vão analisar as propostas de implantação do voto distrital e do voto majoritário para deputados federais, estaduais e vereadores. (AE)

Aliados de Alckmin duvidam de chapa única em sucessão

Os aliados do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, já reconhecem ser grande a possibilidade de haver mais de um candidato para a sucessão do comando municipal do PSDB em São Paulo. Um acordo em torno de um nome de consenso, que vinha sendo costurado por interlocutores do governador, tem se apresentado, na avaliação de tucanos, como uma alternativa "cada vez mais remota". A bancada do PSDB na Câmara Municipal tem insistido na candidatura de um vereador para o posto, o que frustra os planos do Palácio dos Bandeirantes, que trabalha para a indicação do secretário estadual de Gestão Pública, Julio Semeghini. O último esforço para o lançamento de uma chapa única seria feito ontem à noite, em reunião da Executiva Municipal do PSDB em São Paulo. O encontro ocorre a quatro dias do prazo para registro das chapas. A convenção municipal do PSDB está

marcada para o dia 10 de abril. O governador vinha pedindo a aliados que encontrassem uma solução para o impasse, com o intuito de não criar atritos com a bancada do PSDB. A esperança era evitar que um embate neste momento respingasse nas eleições municipais do ano que vem, criando uma nova cisão na sigla. Em 2008, 11 dos 12 vereadores da bancada do PSDB declararam apoio à reeleição do atual prefeito Gilberto Kassab (DEM), em oposição à candidatura da legenda, capitaneada na época por Alckmin. Durante as negociações, de acordo com tucanos, foram oferecidos aos vereadores postos de destaque no novo comando da sigla, em troca do apoio a Semeghini. A bancada do PSDB insiste, contudo, na vaga de um candidato. Os vereadores querem dar as cartas na disputa de 2012, inclusive na escolha do candidato a prefeito da sigla. O deputado estadual Carlos Bezerra Jr., ex-vereador, é o favorito da bancada. (AE)



Aécio (com Collor): "Temo uma grande dispersão dos votos e uma distorção do resultado eleitoral"